



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – SUPRAM/CM, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Despacho n. 44/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL – DRRA, onde consta a manifestação técnica no sentido de arquivar o processo de licenciamento ambiental do empreendimento por falta de pagamento das despesas de análise do processo de licenciamento;

Considerando o Despacho n. 121/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL – DRCP, onde considera as razões para o arquivamento em consonância à legislação vigente;

Considerando que o art. 33, III do Decreto Estadual n. 47.383/2018 considera o arquivamento do processo de licenciamento quando o empreendedor não efetua, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;

DETERMINO o arquivamento do Processo n. 2468/2021 em nome de Agenor Giardini Neto (Fazenda Cristal), município de Corinto/MG.

Caso tenha sido apurado débito de natureza ambiental, remeta-se os autos à Advocacia Regional do Estado – ARE, para inscrição do débito em dívida ativa do Estado.

À DRAF/NAO para publicação da decisão, inserção dos dados nos sistemas de informação do SISEMA e comunicação ao empreendedor do teor desta decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva, Superintendente**, em 17/02/2022, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **42198331** e o código CRC **DA85918B**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Controle Processual**

**Processo nº 1370.01.0001844/2022-46**

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2022.

**Procedência: Despacho nº 121/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP**

**Destinatário(s): Superintendente Regional de Meio Ambiente - Supram Central  
Metropolitana**

**Assunto:** Parecer de Arquivamento

## **DESPACHO**

### **Relatório**

Trata-se da análise do processo de licenciamento ambiental n. 2468/2021, formalizado em 18.05.2021 pelo empreendedor Agenor Giardini Neto na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS/RAS), para regulamentar seu empreendimento Fazenda Cristal em Corinto/MG, onde desenvolve as atividades listadas na DN 217/2017 como G-02-04-6 (*Suinocultura*), D-01-13-9 (*Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais*), G-01-03-1 (*Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura*), G-02-07-0 (*Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo*), E-02-02-2 (*Sistema de geração de energia termelétrica, utilizando combustível não fóssil*) e F-06-01-7 (*Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação*).

Por se referir à solicitação de licença ambiental de empreendimento já detentor de autorização ambiental de funcionamento (AAF), não teve considerados os critérios locais para caracterização.

Em apuração preliminar, efetuada pela área técnica, detectou-se, na verdade, a ampliação das atividades do empreendimento, visto haver expansão no número de matrizes na atividade de suinocultura, bem como a inserção de outras atividades a serem desenvolvidas pelo empreendimento, se comparado à área anteriormente prevista na AAF.

Diante dos fatos, o empreendedor foi orientado - via SLA - a efetuar as adequações necessárias ao processo de licenciamento, ao que deveria assinalar como nova solicitação de licença, obedecendo, para isso, os critérios locais incidentes (enquadrando-o como classe 3 e critério locacional 1) no prazo consignado de 120 dias, contados a partir de 13.08.2021.

No sistema SLA não foi identificado, pela área técnica, a data de preenchimento da nova solicitação bem como o não pagamento, pelo empreendedor, das custas

do processo até a presente data.

Submetida à esta Diretoria a presente demanda, no que tange a possibilidade de arquivamento, analisamos.

## **Fundamentação**

A legislação ambiental vigente vincula a análise dos processos de licenciamento ambiental ao pagamento das despesas, cabendo ao empreendedor providenciá-las durante a solicitação. Assim previu a Deliberação Normativa n. 217/2017:

*Art. 33 - Correrão às expensas do empreendedor as despesas relativas a:*

*I - LAS;*

*II - análise de processos de licenciamento ambiental;*

*III - análise de requerimentos de prorrogação de prazo, alteração e exclusão de condicionantes;*

*IV - análise de requerimentos de intervenção ambiental;*

*V - análise de requerimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos;*

*VI - análise de requerimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;*

*VII - audiência pública.*

*§1º - Deverão ser pagas pelo empreendedor as despesas necessárias à realização, a qualquer tempo, de amostragens, análises laboratoriais ou a adoção de medidas emergenciais para prevenção ou controle de efeitos nocivos a pessoas, ao meio ambiente ou ao patrimônio público ou privado.*

*§2º - As despesas de regularização ambiental são cumuláveis entre si.*

*§3º - As hipóteses de isenção e parcelamento de despesas serão expressas em norma específica.*

*Art. 34 - O encaminhamento do processo administrativo de licenciamento ambiental para deliberação da autoridade competente apenas ocorrerá após comprovada a quitação integral das despesas pertinentes ao requerimento apresentado.*

*Parágrafo único - Estando o processo administrativo de licenciamento ambiental apto a ser encaminhado para decisão na instância competente e havendo ainda parcelas de despesas por vencer, o empreendedor poderá recolher antecipadamente as parcelas restantes, para fins de sua conclusão.*

Do mesmo modo, o não pagamento das despesas ensejará o arquivamento do processo administrativo de licenciamento, quando imprescindível ao seu prosseguimento, conforme previu o Decreto Estadual n. 47.383/2017:

*Art. 33 - O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:*

[...]

**III - quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;** (grifo nosso)

Em análise ao caso concreto, vemos que, além de não ser identificada a data de preenchimento da nova caracterização (conforme exposto no Despacho n. 44/2022), não providenciou o empreendedor a complementação das despesas vinculadas à análise do processo de licenciamento. Inclusive há que se constatar que, até a presente data, não houve pagamento do Documento de Arrecadação Estadual (que porventura se encontra vencido desde 31.12.2021, conforme dados constantes do sistema SLA).

Assim sendo, dada a imprescindibilidade do prosseguimento da análise do processo de licenciamento ao pagamento das despesas deste, e não tendo as mesmas sido providas pela parte interessada, há que se considerar o arquivamento do feito.

## Conclusão

Isto posto, diante da situação fática descrita, opinamos pelo arquivamento do processo administrativo de licenciamento.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Luiz Faria Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 14/02/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Diretora**, em 14/02/2022, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **42196763** e o código CRC **26342DF9**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental

Processo nº 1370.01.0001844/2022-46

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2022.

Procedência: Despacho nº 44/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA

Destinatário(s): Angélica Aparecida Sezini - Diretoria Regional de Controle  
Processual - DRCP

Assunto: Sugestão de verificação de arquivamento do processo SLA 2468/2021 -  
AGENOR GIARDINI NETO/FAZENDA CRISTAL em Corinto

#### DESPACHO

Prezada Diretora,

No dia 18/05/2021, o empreendedor Agenor Giardini Neto, formalizou o processo administrativo (PA) de licenciamento ambiental simplificado (LAS) nº 2468/2021, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), por meio do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), para regularização do empreendimento Fazenda Cristal, localizado no município de Corinto/MG. No escopo desse processo foram listadas as seguintes atividades:

- "Suinocultura", código G-02-04-6, com 9.500 cabeças;
- "Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais", código D-01-13-9, com capacidade instalada de 35 t de produto/dia;
- "Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura", código G-01-03-1, com área útil de 02 hectares;
- "Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muars, ovinos e caprinos, em regime extensivo", código G-02-07-0, com área de pastagem de 145,681 hectares;
- "Sistema de geração de energia termelétrica, utilizando combustível não fóssil", código E-02-02-2, com capacidade instalada de 02 MW; e
- "Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação", capacidade de armazenagem de 15 m³.

O empreendimento Fazenda Cristal obteve, em 10/11/2017, a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) nº 08058/2017, para a atividade de suinocultura (unidade de produção de leitões) código G-02-06-2, conforme Deliberação Normativa (DN) Copam 74/2004, para 500 matrizes, válida até 10/11/2021. Em função de ter sido considerada esta AAF e de ter sido assinalado na caracterização do empreendimento no SLA tratar-se de *"Solicitação para obtenção de licença ambiental de empreendimento já detentor, em momento anterior, de Autorização Ambiental de Funcionamento, Licença Prévia ou Licença de Instalação."*, a incidência de critérios locais não foi considerada na caracterização do empreendimento no SLA, no âmbito do processo de LAS/RAS 2468/2021.

Quanto à atividade de suinocultura, conforme já mencionado, a AAF foi concedida tendo em vista a quantidade de 500 matrizes. No âmbito do processo de LAS/RAS, foi informado que o empreendimento possui 9.500 animais em ciclo completo.

Na caracterização do empreendimento, no SLA, consta se tratar de empreendimento de classe 3 com critério locacional 0 (zero). Entretanto, em consulta ao IDE Sisema, foi constatado que incide sobre a área do empreendimento o critério locacional "Empreendimento está/estará localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio." Deste modo, deve-se considerar que trata-se de empreendimento com incidência de critério locacional 1 (um). De acordo com a DN Copam 217/2017, empreendimentos de classe 3, com critério locacional 1 (um) devem ser regularizados por meio de licenciamento ambiental concomitante (LAC).

Assim, considerando que no processo SLA nº 2468/2021 foi caracterizado que o empreendimento possui capacidade instalada para 9.500 cabeças, sendo este número total de animais em "Suinocultura Ciclo Completo", significativamente maior que o acobertado pela AAF anteriormente concedida ao empreendimento, bem como, considerando a constatação da ampliação das estruturas do empreendimento, via verificação das imagens históricas obtidas no site Google Earth, após a concessão da supracitada AAF, procedeu-se a invalidação da formalização do processo administrativo SLA nº 2468/2021.

Foi solicitada formalmente a realização de nova caracterização do empreendimento de modo fidedigno, com o preenchimento adequado do tipo de solicitação (nova solicitação) e de forma a considerar os critérios locais incidentes. Esta solicitação foi feita via SLA em 13/08/2021, com a devida fundamentação explicativa. O processo foi inviabilizado em sua formalização inicial sendo ao empreendedor oportunizado, no prazo de 120 dias, proceder nova caracterização do empreendimento para a continuidade do processo, sob pena de arquivamento no caso da não realização.

Cabe informar ainda que, das demais atividades listadas no escopo do processo de LAS/RAS, apenas as atividades "Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura" (código G-01-

03-1) e “Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo” (código G-02-07-0) não são passíveis de licenciamento ambiental em função de possuírem parâmetros inferiores ao que dispõe a DN Copam 217/2017, não sendo enquadradas em nenhuma das classes na listagem de atividades. Logo, a inserção das outras atividades também se configura em ampliação do empreendimento em relação à AAF nº 08058/2017.

Ressalta-se que o empreendedor já teve uma iniciativa de regularização ambiental materializada em 28/05/2020, via formalização do processo de licenciamento ambiental simplificado (LAS) nº 2011/2020, com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), por meio do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), que teve seu mérito apreciado e decidido pelo arquivamento do pleito em razão da modalidade de regularização adequada ao empreendimento, nos termos da DN Copam 217/2017, ser a de licenciamento ambiental concomitante (LAC).

Em acompanhamento atualizado relativo ao PA SLA nº 2468/2021, verificou-se que o empreendedor preencheu a nova caracterização do empreendimento, com os mesmos parâmetros da solicitação anterior (2021.03.01.003.0003005), mas assinalando tratar-se de “Nova Solicitação”.

Vide abaixo a consulta transcrita do SLA, realizada no dia 19/01/2022.

Figura 1: Dados da Solicitação SLA 2021.09.01.003.0000070

eco

sistemas

Sistema de Licenciamento Ambiental

DEBORA

Pagamentos

Dados da Solicitação

CPF/CNPJ: 055.588.486-42

Pessoa Física/Jurídica: AGENOR GIARDINI NETO

Nome Fantasia:

Empreendimento: Fazenda Cristal - AGENOR GIARDINI NETO - FAZENDA CRISTAL

Município da Solicitação: Corinto

Nº da Solicitação: 2021.09.01.003.0000070

Nº do Processo: 2468/2021

Lista de Custos

A sua solicitação aguarda confirmação do pagamento para ser encaminhada para análise do órgão ambiental. Essa confirmação poderá ocorrer em até 48 horas.

Custos									
Número da Solicitação	Tipo de Solicitação	Modalidade	Categoria	Valor Solicitação	Valor DAE	Vencimento	Número do DAE	Situação do Pagamento	Ações
2021.09.01.003.0000070	<div>Nova solicitação</div> <div>Solicitação Relacionada: 2021.03.01.003.0003005</div>	LAC1	7.20.1.11 - Licença concomitante fase única LP+LI+LO corretiva (Classe 2 ou 3)	R\$41.025,49	R\$37.006,55	31/12/2021	4900011514541	Aguardando Pagamento	

Voltar

Avançar

Sistema de Licenciamento Ambiental - Sisema - Versão: 2.36.1

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA)

Baseado nesta atualidade acima, verifica-se que o empreendimento na nova caracterização foi enquadrado na modalidade de LAC1 com a licença de operação corretiva - LOC, não sendo mais aplicável o rito simplificado do LAS instruído por Relatório Ambiental Simplificado - RAS. Ocorre ainda que, conforme a tarja laranja, até o momento não foi recolhido o pagamento prévio para caracterizar a formalização propriamente dita, ou seja, para que a solicitação seja enviada ao órgão ambiental para análise.

A falta do pagamento até o momento pode ser evidenciada pela consulta junto a Receita Estadual, referenciando o documento de arrecadação estadual (DAE) específico, conforme a seguir:

Figura 2: Verificação de pagamento de DAE vinculado à formalização no SLA

Despacho 44 (40837193)

SEI 1370.01.0001844/2022-46 / pg. 6



**Documento de Arrecadação - Consulta de Pagamento**

**Alerta**

- Não consta nenhum pagamento referente ao número de DAE 4900011914541. Caso o pagamento já tenha sido efetuado, aguarde alguns minutos até a confirmação ser realizada pela SEF/MG

Orgão Público: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Número do Documento: 4900011914541

Continuar Limpar

Menu Home Voltar

SEF-MG - versão: 3.0.31

**Fonte:** Secretaria de Estado da Fazenda, endereço eletrônico acessado em 19/01/2022 ([http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/documentos\\_arrecadacao/dae.html](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/documentos_arrecadacao/dae.html))

Destaca-se que a invalidação da formalização e consequente solicitação de adequada caracterização foi realizada no sistema em 13/08/2021, tendo sido estabelecido o prazo máximo de 120 dias para a nova caracterização, que esgotou em 14/12/2021.

Em consulta ao SLA, não identificou-se a data de preenchimento da nova caracterização, bem como a data de emissão do DAE referente a esta solicitação, mas verificou-se que o referido DAE venceu em 31/12/2021, conforme abaixo (Figura 3):

**Figura 3:** Documento de Arrecadação Estadual vinculado ao recolhimento de custas de análise.

 <b>SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS</b>		<b>VENCIMENTO</b> <b>31/12/2021</b>		<b>TIPO DE IDENTIFICAÇÃO</b> 1 - INSCRIC. ESTADUAL 4 - CPF 2 - INSCRIC. PROD. RURAL 5 - OUTROS 3 - CNPJ 6 - RENAVAL		
<b>DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE</b>			<b>TIPO</b> <b>4</b>		<b>NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO</b> <b>05558848642</b>	
<b>NOME:</b> <b>AGENOR GIARDINI NETO</b>			<b>CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)</b>			
<b>ENDEREÇO:</b> <b>CRISTAL, SN - ZONA RURAL</b>			<b>MÊS/ANO DE REFERÊNCIA</b> <b>2021</b>			
<b>MUNICÍPIO:</b> <b>CORINTO</b>		<b>UF:</b> <b>MG</b>	<b>TELEFONE:</b> <b>(31)32135617</b>			
<b>Nº DOCUMENTO</b> <b>4900011914541</b>						
<b>HISTÓRICO:</b> <b>Nº da solicitação: 2021.09.01.003.0000070</b> <b>Tipo da solicitação: Nova solicitação</b> <b>Órgão: SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b> <b>Modalidade: LAC1</b> <b>Descrição da Subrecepção: 7.20.1.11 - Licença concomitante fase única LP+LI+LO corretiva (Classe 2 ou 3)</b> <b>Solicitação relacionada a solicitação: 2021.03.01.003.0003005</b>						

**Fonte:** Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA)

Deste modo, fundamenta-se a opinião de arquivamento do processo SLA nº 2468/2021, relativo ao empreendimento FAZENDA CRISTAL, localizado na zona rural de Corinto, do empreendedor AGENOR GIARDINI NETO, por não atendimento da solicitação de nova caracterização dentro do prazo de 120 dias e solicita-se avaliação jurídica.

Cordialmente,

Documento assinado eletronicamente por **Camila Porto Andrade, Diretora**, em 01/02/2022, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Thalles Minguta de Carvalho, Servidor(a) Público(a)**, em 04/02/2022, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40837193** e o código CRC **07818A9F**.